

Considerações finais

O trabalho de campo realizado junto a comunidade Jardim Moricaba nos fez perceber que as atividades do ACH não possuem grande legitimidade e representatividade junto a comunidade, o que nos faz pensar novamente em que tipo de participação popular ocorre na implementação do programa Favela-Bairro.

Reconhecidamente a Prefeitura afirma que não há grande participação popular na elaboração e implementação do projeto à medida que reflete como ponto fraco do mesmo:

A ausência de mecanismos de gestão democrática que articulem a participação, em todas as fases do Programa, de representantes de todos os setores e segmentos do Governo e da sociedade/comunidade diretamente envolvidos ou interessados(Relatório IBAM, 2002, p. 156).

Todavia, não podemos negar que a conformação do cargo de ACH pode representar o primeiro passo de um movimento para que haja maior participação popular na elaboração, gestão e implementação do projeto. Discussão esta que envolve o reconhecimento, ou não, do ACH como categoria profissional e a construção de estratégias que alavanquem seu reconhecimento, articulação e mobilização junto aos territórios em que estão inseridos.

Não podemos deixar de destacar que os ACH também são, em sua maioria, moradores destes espaços e que estas podem ser entendidas como conquistas dentro do processo histórico de ocupação do solo do Rio de Janeiro, já que tiveram seus territórios reconhecidos nos mapas da cidade e incluídos em uma agenda de sustentabilidade da cidade, que traz em seu bojo a potencialidade da efetivação de direitos garantidos constitucionalmente em 1988.

As considerações também não podem deixar de lado minhas aspirações sobre a reflexão teórica do Serviço Social (refiro-me a crítica marxista ao Estado capitalista da atualidade) assim como a crise que me deteve muitas vezes ao escrever a dissertação a partir das decisões teóricas as quais empreguei. Afinal a crítica marxista de mundo, posta em prática pela teoria atual do Serviço Social me trouxe como desafio pensar as mazelas postas por este sistema, mas também os direitos e espaços criados por este próprio sistema, que não só servem para legitimá-lo, mas também abrem espaço para a resignificação de papéis sociais e luta pela ampliação de direitos. Sendo a perspectiva da

sustentabilidade empregada no sentido de reconhecer as novas identidades emergentes das novas práticas do sistema como fundamentais para a compreensão e apresentação de instrumentos que possam agir na implementação destes direitos sem colocar de lado a crítica ao citado sistema, já que em sua essência ele traz apropriação desigual dos frutos do trabalho e o favorecimento da concentração de renda.

Assim, não busquei colocar em um pólo a crítica marxista e em outro as reflexões sobre identidade, mas conjugar as duas perspectivas no sentido de pensar nossa realidade histórica como um processo constituído por diferentes atores e apesar de possuírem projetos societários muitas vezes com objetivos diferentes podem negociar, e negociam, suas premissas a medida que as realidades se concretizam.

Refiro-me aqui diretamente ao paradoxo que pode parecer a sustentabilidade conjugada a uma visão crítica marxista da realidade, destacando que não basta somente a crítica, mas sua conjugação a elaboração de estratégias que possam ratificar um dos fins do Serviço Social que é: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social em participação da sociedade civil” (Lei de regulamentação da profissão, p. 33). Porém, é sempre bom lembrar que os meios para esta participação são postos pelo próprio sistema em que a sociedade civil e o Serviço Social estão concretamente inseridos.

No caso de jardim Moricaba, a implementação do programa Favela-bairro possibilitou a atores que já possuíam um histórico de lutas por melhorias na comunidade e que configuravam uma identidade de projeto conforme as análises realizadas a luz de Castells, a darem continuidade ao processo de luta pela implementação de serviços. O Favela-bairro nesse caso representou não só a possibilidade de estruturação e uma identidade legitimadora, mas a viabilização do direito básico a esgotamento sanitário e ao início de reconfiguração da identidade do território Jardim Moricaba.

Todavia, as discontinuidades do Programa e a qualidade dos investimentos, bem como a garantia da representatividade da população junto aos projetos de intervenções sócio-urbanísticas, foram limitadoras na construção de práticas que efetivassem a lógica do controle social e do investimento na população pelo viés do desenvolvimento sustentável.

Contudo, os conceitos de identidade assim como o de horizontalidades conjuntamente ao contexto de desenvolvimento de práticas sustentáveis podem ser percebidos como tendências existentes no Programa e que podem fornecer subsídios para a elaboração e execução de outros programas sociais de cunho participativo.